
Representantes presentes da Câmara Social

- | | |
|--|---|
| 1. Maiara Resende Ribeiro (PSJC) | 13. Luiz Tarcísio (SINTAEMA) – suplente |
| 2. Daniela F. Cunha (PSJC) – suplente | 14. José Ademir da Silva(SINDIPETRO) |
| 3. Andrea Sundfeld Penido (PSJC) | 15. Adelino Pezzi (COMUS) |
| 4. Isabela Janotta Janson (PSJC) | 16. José Roberto Schmidt (CETESB) |
| 5. Carolina Abrahão Alves (PSJC)-suplente | 17. Gustavo Bahia (SABESP) |
| 6. Wellington Nilson Zancheta (PSJC) | 18. Engº Mario Cezar Barros (SINDUSCON) |
| 7. Rodrigo C. da Costa (PSJC) - suplente | 19. Lincoln Delgado (GCE) |
| 8. Esdras A. de Araujo (CMSJC)-suplente | 20. Marcio Andrade (SindCT) |
| 9. Dulce Rita (CMSJC) | 21. Luiz Fernando F.B. (SINDICAT)-suplente |
| 10. Valdecir Ginevro (SATUMA)-suplente | 22. Vicente Cioffi (Sind. T. I. Q. F.)-suplente |
| 11. Wilson Cabral (ITA) – suplente | 23. Paulo Roberto Peneluppi (AEASJC) |
| 12. Maria do Rosário – Zaia (OAB) - suplente | |
-

Demais cidadãos presentes

- | | |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Carolina Cassiano Ferreira (ACEVP) | 3. Marcelo Pereira Manara (SEURBS) |
| 2. Luciano Almendary | 4. Oswaldo Vieira (SEURBS) |
-

Ausências justificadas

1. Maria Regina de Aquino Silva (UNIVAP)
 2. Valdirene Aparecida da Silva (UNIVAP) - suplente
 3. Delma de Mattos Vidal (ITA)
 4. Jean Pierre Henry B. Ometto (INPE) - suplente
 5. Sueleide Prado (Entidade Ambientalista – Vale Verde)
 6. Eliete Gianini de Oliveira (IPPLAN)
 7. Renato T. Veneziani (Sindicato Rural)
 8. Wilson B. Campos (Sindicato Rural) - suplente
-

Ausências não justificadas (Entidades):

- | | |
|----------|---------|
| 1. CIESP | 2. DAEE |
|----------|---------|
-

Entidades Inexistentes, Suspensas ou que ainda não indicaram representantes:

- | | |
|--|--|
| 1. GAMAVAP | 4. Polícia Florestal |
| 2. Cons. Intersindical de Saúde do Trab. | 5. Entidades Ambientalistas (3ª repres.) |
| 3. Sindicato dos Engenheiros | 6. Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
-



Pauta:

- 1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 22/02/17 e 22/03/17.
- 2 - Posse dos novos Conselheiros do COMAM.
- 3 - Aprovação do Calendário Anual.
- 4 - Discussão acerca das mudanças da Lei de Zoneamento Urbano.
- 5 - Plano de Arborização Urbana.

CONSELHEIROS EMPOSSADOS NESTA REUNIÃO:**Prefeitura Municipal de São José Dos Campos - URBAM**

Titular - Wellington Nelson Zancheta

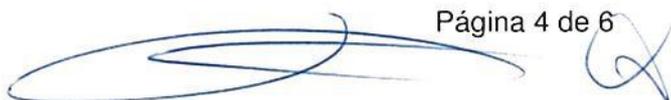
UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

Suplente - Valdirene Aparecida da Silva

- 1 Às quatorze horas e cinco minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, o
- 2 Presidente, Sr. Lincoln Delgado (CGE), realizou a primeira chamada para reunião ordinária
- 3 deste COMAM, informando que realizaria segunda chamada em quinze minutos. Conforme
- 4 estipulado, a reunião foi iniciada às quatorze horas e vinte e cinco minutos. Passou a
- 5 transcorrer os assuntos da pauta explicando que o tema principal será a lei de zoneamento.
- 6 Relatou que as últimas atas das reuniões do COMAM foram encaminhadas por email, houve
- 7 manifestações, correções e acréscimos e desta forma serão consideradas aprovadas as atas
- 8 referentes às reuniões de vinte e dois de fevereiro e vinte e dois de março deste ano. Vicente
- 9 Cioffi (Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Químicas e Farmacêuticas) solicitou a palavra
- 10 para abster-se da aprovação da última ata devido a sua ausência. Presidente Lincoln retomou
- 11 a palavra para relatar que diversas entidades não estão participando das reuniões e provoca o
- 12 Conselho para realização de pauta exclusiva para discussão acerca da lei do COMAM,
- 13 entendendo pela necessidade de modernização do Conselho e possibilitar a participação de
- 14 outras entidades. Paulo Peneluppi (AEASJC) lembrou a dificuldade de alterar a legislação sem
- 15 êxito e destacou que a eleição dos representantes de entidades civis está próxima e entende
- 16 que o foco deveria ser concentrado nesta eleição. Presidente Lincoln discordou entendendo
- 17 que deveria haver foco na alteração da lei, retomando do projeto que se encontra na Câmara
- 18 Municipal, para possibilitar a democratização e oxigenação do COMAM. Wilson Cabral (ITA)
- 19 propôs que se retire o texto que se encontra na Câmara para discussão. Presidente Lincoln
- 20 solicitou ao Secretário Executivo que providencie o levantamento da documentação e
- 21 encaminhe aos membros para disponibilização para a próxima reunião. Wilson Cabral (ITA)
- 22 ressaltou que deve ser disponibilizado com antecedência. Presidente Lincoln passou a próxima

23 pauta referente ao calendário anual adotando-se o agendamento como a última quarta do mês
24 e será encaminhado por email para fixação das datas. Wilson Cabral (ITA) sugeriu a
25 rediscussão destas datas para que sejam alternados dias e horários para propiciar maior
26 participação. Presidente Lincoln entendeu possível alterar os dias e horários mantendo a última
27 semana do mês. Lembrou que no passado houve discussão e votação destes horários. Porém,
28 ressaltou que discutiria na próxima reunião as datas e horários e encaminharia proposta para
29 discussão na próxima reunião. Passou para pauta referente ao Plano de Arborização para
30 informar que participou de reunião do GT de arborização urbana com membros da Prefeitura
31 de São José dos Campos, IPPLAN e COMAM. Verificou-se a possibilidade da realização de
32 reunião em maio com os Secretários das Pastas de Urbanismo e Sustentabilidade e
33 Manutenção da Cidade. Lembrou que a EDP tem condições de fazer em breve tempo fiação
34 compacta em trinta quilômetros do município para fazer piloto de áreas que seriam
35 interessantes e depois replicar para outros locais. IPPLAN se debruçará com as Secretárias
36 para verificar os locais ideais. Será realizado estudo para melhorar a qualidade de poda e
37 trabalho de educação ambiental para arborização de alguns bairros, para fazer uma nova
38 arborização urbana. Há previsão de três projetos de arborização e serão trazidas ao COMAM
39 para conhecimento. Paulo Penellupi (AEASJC) pediu a palavra para cientificar o COMAM que o
40 GT da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos fez reunião e seria
41 encaminhado ao Presidente solicitação de apoio. Acredita que o Secretário talvez ainda não
42 tenha conhecimento do plano municipal aprovado no governo anterior e gostaria de saber o
43 que seria cumprido. Alega que muitas questões ficaram em aberto e entende necessária a
44 participação da URBAM no grupo. Ainda, gostaria de saber qual o posicionamento político do
45 plano municipal. Presidente Lincoln afirmou que solicitaria uma devolutiva da reunião do GT.
46 Wilson Cabral (ITA) perguntou qual seria a situação atual do plano. Paulo Penellupi (AEASJC)
47 explicou que o plano foi concluído com previsão de metas para vinte anos aprovado por meio
48 de decreto municipal. Wilson Cabral (ITA) ressaltou que o plano não consta do SINISA
49 (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico). Presidente Lincoln relatou que
50 questionou o Secretário Turano a respeito do Conselho de Saneamento. Recebeu resposta
51 que os Conselhos estão passando por revisão e em breve responderá sobre o funcionamento
52 do Conselho. Assim que houve resposta informará ao COMAM. Wilson Cabral (ITA) entende
53 que não se deve esperar devido à obrigatoriedade de existência e funcionamento do Conselho.
54 Ressaltando inclusive a possibilidade de provocação do Ministério Público acerca da falta de
55 seu funcionamento. Pensa da mesma forma em relação ao SINISA. Presidente Lincoln
56 entendeu que primeiro deveria ser oportunizada a manifestação do Secretário da Secretaria de
57 Obras. Vicente Cioffi (Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Químicas e Farmacêuticas)
58 solicitou a palavra para lembrar que solicitou ao Presidente para colocar em pauta a discussão
59 do empreendimento Arboville da Terra Simão, que apesar de localizar em Jacareí impactará o
60 Município de São José dos Campos. Vicente Cioffi (Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias
61 Químicas e Farmacêuticas) solicitou ao Sr. Presidente que a pauta fosse inserida o mais
62 urgente possível, para não cair no esquecimento, devido aos impactos que esse projeto poderá
63 causar em SJC e na região, dada a importância do tema. Gostaria que fosse colocada em
64 pauta para discussão. Presidente Lincoln entende que este assunto deveria ser discutido no
65 plano direito e este assunto haveria sido encaminhado ao Secretário. Concedeu-se a palavra
66 ao Secretário Marcelo Manara (SEURBS). Esclareceu que o plano municipal está válido e
67 precisa de uma maior comunicação com o COMAM e o GT. Está ouvindo diversas "Startup"
68 para abrir novas frentes. Relatou que o Município de São José dos Campos está estudando,
69 atuando e discutindo o PDPA junto a outros municípios, assim como o projeto de lei que será

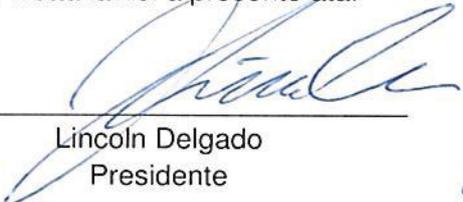
70 encaminhado à Assembleia Legislativa. Entende que os Municípios e Colegiados devem se
71 reunir e discutir regionalmente o novo reservatório do Jaguari. Seria necessário discutir o
72 reservatório do Jaguary e sua bacia hidrográfica neste novo contexto. Recomendou um
73 seminário. Relatou que poderia fazer isto como um movimento institucional de gestão pública,
74 mas o Colegiado poderia agregar outros atores para participação. Presidente Lincoln lembrou
75 que o COMAM encaminhou as contribuições e provocações à COBRAPE, ao Comitê e ao
76 Secretário, com os considerando feitos pelo Conselheiro Wilson Cabral. Concedeu à palavra
77 para o Diretor da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, Sr. Oswaldo para que o
78 COMAM tenha conhecimento, faça críticas e considerações acerca das propostas
79 apresentadas pela municipalidade. Oswaldo (SEURBS) passou a apresentar as propostas de
80 zoneamento para as áreas que foram objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade. Primeiro
81 explicou já ocorreram as audiências públicas e procuraria ser breve devido ao tempo
82 disponível. Explicou que a Lei de Zoneamento atual é do ano de dois mil e dez. Quando a
83 Prefeitura encaminhou o projeto de lei à Câmara, ocorreram iniciativas legislativas, houve
84 emendas e estas foram objetos da ADIN. A Lei Complementar vigorou de dois mil e dez a dois
85 mil e quinze, quando foi declarada sua inconstitucionalidade, afetando diversas áreas do
86 município que estão sem regras. A atual legislação revogou a antiga e não poderia mais ser
87 aplicada e conseqüentemente as áreas que sofreram a ação encontram-se sem zoneamento e
88 não possuem regramento. Como consequência inviabiliza, como exemplo, expedição de alvará
89 de construção, de funcionamento, dentro outras situações. Este impasse deve ser solucionado
90 porque existem vários cidadãos sendo prejudicados. Trata-se de vinte e seis áreas. Wilson
91 Cabral (ITA) perguntou o que aconteceu entre o período de dois mil e dez a dois mil e quinze e
92 sugeriu a utilização da anterior para suprir esta lacuna. Oswaldo (SEURBS) explicou que a lei
93 anterior era muito mais flexível e retratava outra realidade da cidade e encontra-se revogada
94 expressamente pela lei nova. Explicou diversas questões distintas que estão prejudicando
95 cidadãos. Secretário Manara (SEURBS) solicitou a palavra para explicar que a Ação de
96 Inconstitucionalidade atacou o processo das emendas e não o mérito. Esta seria uma proposta
97 para dar plenitude ao zoneamento vigente e no futuro será discutido o zoneamento como um
98 todo. Oswaldo (SEURBS) explicou que não seria possível inovar no tocante às zonas de uso.
99 Assim, somente as zonas de uso previstas na lei vigente poderão ser usadas. A criação de
100 uma nova zona de uso somente poderia ser criada em uma revisão do zoneamento no futuro.
101 Desta forma passou a apresentar as propostas de zoneamento das áreas com lacunas. Marcio
102 Andrade (SindCT) apresentou-se e questionou o material entendendo como muito técnico e
103 carente de informações sugerindo que poderia haver imagens aéreas para facilitar a
104 interpretação e entendimento. Questionou a proposta referente à emenda 104, que chácaras
105 de recreio desmembradas virariam favelas e demonstrou preocupação com o perímetro urbano
106 e rural, dentre outras questões. Oswaldo (SEURBS) explicou que a questão do perímetro
107 urbano passaria pela discussão do plano diretor. Marcio Andrade (SindCT) sugeriu adoção de
108 ZPA, porém foi esclarecido por Oswaldo que somente seria aplicado para área de várzea.
109 Presidente Lincoln compreendeu a preocupação que se não houver fiscalização os três mil
110 metros poderiam virar dez de trezentos. Secretário Manara (SEURBS) registrou que houve
111 audiências públicas com amplo debate e o material encontra-se disponibilizado a algum tempo.
112 Ainda, que até o dia vinte e sete a municipalidade receberá contribuições. Marcio Andrade
113 (SindCT) pediu a palavra para fazer questionamento acerca do zoneamento do parque
114 tecnológico da UNIVAP. Preocupa a possibilidade de atividades de impacto próxima a margem
115 do Rio Paraíba e do corredor ecológico. Solicitou esclarecimentos. Oswaldo (SEURBS)
116 explicou que dentre as áreas industriais há três zonas de uso: a primeira seria a ZUD que é a



117 mais branda que admite o comércio e o serviço e não admite indústrias de grande porte. A
118 segunda seria a ZUP admite comércio, serviços e indústrias de maior complexidade. A terceira
119 zona de uso seria a ZI que não admite comércio e serviços, mas apenas indústrias.
120 Entendendo-se a finalidade da universidade e a necessidade de licença para funcionamento a
121 ZUD seria mais adequada. As restrições ambientais são atendidas por outras legislações.
122 Marcio Andrade (SindCT) sugeriu adoção de ZUD com algumas exclusões de atividades para
123 atendimento das restrições ambientais. Secretário Manara (SEURBS) ressaltou a diferença do
124 zoneamento e licenciamento e colocar exceções em uma zona de uso seria extremamente
125 complexo. Schmidt (CETESB) esclareceu acerca das restrições ambientais e o do TAC firmado
126 para a região entendendo que a localização seria mais destinada a empresas piloto. Oswaldo
127 (SEURBS) finalizou a apresentação das propostas e o Presidente Lincoln abriu a palavra para
128 que os Conselheiros se manifestassem para elaboração das considerações do COMAM à
129 Prefeitura Municipal. Wilson Cabral (ITA) parabenizou a equipe pelo material fornecido porque
130 se encontra melhor que os anteriores, porém ainda falta muita informação. Havia sugerido que
131 em cada tabela que acompanhava os mapas deveriam conter a legislação anterior e a nova
132 legislação. Questionou os pontos relacionados à definição de várzea. Demonstrou-se
133 preocupação com a emenda 105 relacionada à turfa. A explicação levaria a entender que a
134 decisão do judiciário seria para que a Prefeitura acata-se o projeto. Indaga-se caberia recurso?
135 Por que se ainda caberia recurso a Prefeitura acata e obedece à decisão ou propõe recurso.
136 Questionou a adoção de ZUD na UNIVAP, principalmente porque poderia ser vendida aquela
137 área e haveria problemas no futuro. Questionou a área da RODOBENS, e considerando que o
138 Pararangaba passa no meio deveria ser ponderada esta situação. Questionou a emenda 99
139 que também existe uma área que poderia ser localizada como várzea na região do Urbanova.
140 Relatou que o precedente da descaracterização de várzea com aterramento é preocupante.
141 Questionou a região da Jorge Zarur, pois é preocupante devido à possibilidade de inundação
142 do Vidoca, entendo que não deveria haver construção neste local. Questionou a emenda 104
143 entendendo que apesar da impossibilidade no momento de se adotar uma zona de uso
144 diferente, esta discussão deveria ser levada para o Plano Direito para aumentar a restrição.
145 Questionou a região do Flamboyant entendendo que não deveria ser transformada toda área
146 de ZUC 5. Secretário Manara (SEURBS) pediu a palavra para explicar que as contribuições
147 podem ser encaminhadas como cidadão ou via COMAM. Esclareceu que deverão ser
148 encaminhadas até às dezessete horas de amanhã por email. Passou a palavra ao Secretário
149 Executivo Teles para maiores explicações acerca da situação do processo referente à área de
150 várzea. Teles (Secretário Executivo) resumiu a situação do processo com breve histórico.
151 Explicou que a municipalidade no passado indeferiu o andamento do projeto do empreendedor
152 por meio de uma suspeita de tratar-se de área de várzea junto a uma opinião do Ministério
153 Público. O Empreendedor entrou com processo denominado de Mandado de Segurança. O
154 Juiz de primeira instância indeferiu o pedido judicial com entendimento de que o mandando de
155 segurança não seria a via adequada. O empreendedor apelou e no Tribunal de Justiça
156 compreendeu-se que devido aos laudos técnicos do DAIA, DRPN e IPT, que
157 descaracterizaram a várzea, o processo administrativo deverá ser retomado. Esclareceu que a
158 decisão do Tribunal não deferiu aprovação do projeto, mas sim pela retomada do processo
159 administrativo. Ocorre que na fundamentação da decisão judicial compreendeu-se que não se
160 trata de área de várzea. Saliu que caso a municipalidade determine zona de uso de várzea
161 inviabilizaria o empreendimento e desacataria a decisão judicial e a outra possibilidade seria
162 adotar zona de uso R1 e discutir a questão da várzea. Destacou que a municipalidade
163 apresentou recurso de embargos de declaração desta decisão para que os desembargadores

164 esclarecessem a fundamentação de descaracterização da várzea e houve entendimento que
165 não seria possível neste processo. Presidente Lincoln pediu a palavra salientando que o
166 Tribunal abriu a possibilidade de discussão administrativa deste procedimento e não que se
167 faça o empreendimento. Esclareceu que o município pode não ter interesse em que exista este
168 empreendimento e demonstrou preocupação com a lei orgânica municipal no tocante à várzea
169 e os problemas com inundações. Passou a palavra ao Sr. Luciano Almendary que declarou que
170 faz parte do grupo deste empreendimento. Explicou que houve embasamento técnico por
171 órgãos isentos comprovando que não se trata de área de várzea. Que na época não se
172 levantou a questão da várzea e o próximo passo seria a assinatura do projeto. Ainda, que para
173 reabrir a questão deveriam ser realizados laudos nos moldes que foram feitos no passado.
174 Vicente Cioffi (Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Químicas e Farmacêuticas) "*entende*
175 *que o Conselho deveria se posicionar contrariamente em relação a todas as emendas*
176 *propostas para a Lei de Zoneamento que propuseram ocupação das várzeas, e encaminhar*
177 *uma moção no sentido que nestas emendas que constem a manutenção irrestrita de todas as*
178 *áreas de várzea, independentemente de qualquer decisão judicial, já que cabe ao executivo*
179 *legislar sobre as mesmas mesmo que isso contrarie interesses de alguns empreendedores,*
180 *portanto garantir a sua preservação é fundamental. Contestou e criticou o modo como às*
181 *emendas a Lei de Zoneamento foram elaboradas no passado, ou seja aprovadas na Câmara*
182 *Municipal na 'calada' da noite, sendo inclusive denominadas 'emendas secretas', muitas*
183 *inclusive retalhando a Lei, fato que inclusive configurou suas irregularidades obrigando a*
184 *declaração de inconstitucionalidade pelo TJ-SP devido a intervenção do MPE-SP. Sendo que*
185 *desta forma isso trouxe inúmeras complicações para o município e o meio ambiente, e agora*
186 *este Conselho tem que ficar discutindo esses absurdos ocorridos, sendo que todos estamos*
187 *pagando 'pato'. Entende que a discussão da elaboração de um plano Diretor Participativo deve*
188 *preceder a discussão de qualquer emenda na Lei de Zoneamento, ressaltando inclusive a*
189 *necessidade de retomar as reuniões do Conselho Gestor do Plano Diretor do município, que*
190 *ainda não ocorreram nesta nova gestão.*" Em relação ao Cerrado, próximo ao bairro do Putim,
191 gostaria que fosse mais restritivo possível. "*Impedindo desta forma a ocupação e a*
192 *especulação imobiliária*". Paulo Penellupi (AEASJC) solicitou a palavra para reformar a
193 sugestão do Conselheiro Wilson Cabral para que constasse no caderno maior clareza acerca
194 do projeto original e das emendas propostas pela Câmara Municipal. Oswaldo (SEURBS)
195 passou a responder aos questionamentos. Iniciou a explicação pelo funcionamento de como a
196 municipalidade identifica as áreas de várzeas e os casos em que a situação não se encontra
197 clara. Propõem-se zoneamentos mais restritivos e esclareceu que material utilizado ainda
198 encontra-se precário, pois o estudo foi realizado na década de noventa. Explicou os riscos de
199 eventual indenização no caso de alteração de zoneamento que inviabilizaria o empreendimento
200 que foi objeto de decisão judicial do mandado de segurança. Após, relatou a zona de uso da
201 UNIVAP e em um novo zoneamento poderia ser estudado uma nova zona de uso, mas no
202 momento não haveria possibilidade de inovação, somente poderia ser utilizado neste momento
203 zona de uso pré-estabelecida. Secretário Manara (SEURBS) alertou a impossibilidade
204 inovação do zoneamento. Oswaldo (SEURBS) retomou a palavra para explicar a situação do
205 Vidoca, que há lotes pré-constituídos, infraestrutura e deverá ser melhorada a macrodrenagem.
206 Wilson Cabral (ITA) demonstrou preocupação com as devolutivas e criticou a impossibilidade
207 de discussão, entendendo que estaria havendo apenas apresentação da proposta sem a
208 possibilidade de alteração. Presidente Lincoln pediu para palavra para explicar que estas
209 questões deverão ser registradas e encaminhadas ao município por meio do COMAM.
210 Secretário Manara (SEURBS) explicou que serão realizadas devolutivas, porém neste

211 momento não seria possível um debate de todos os pontos. Presidente Lincoln passou a relatar
212 as seguintes considerações, solicitando que seja registrado em ata: considerando o artigo
213 trinta, incisos um e dois da Constituição Federal, que diz que o Município pode legislar sobre
214 assuntos de interesse local; considerando que a lei orgânica do Município, artigos duzentos e
215 trinta e nove, duzentos e trinta, duzentos e quarenta e um, duzentos e quarenta e três e
216 incisos; considerando que as áreas de várzea são protegidas como unidade de conservação no
217 Município de que se leve em consideração estes fatos para proibir qualquer tipo de
218 empreendimento que tenha dentro destas características apontadas pela legislação municipal,
219 estadual e federal. Solicitou ao Secretário e ao Oswaldo que façam as devolutivas, ainda que
220 sejam contrárias ao proposto pelo Conselho. Oswaldo (SEURBS) continuou a responder as
221 perguntas, especialmente relacionadas às zonas de chácaras de recreio da região norte
222 explicando que a prefeitura optou por menor adensamento. Após, explicou a escolha pela zona
223 de uso do bairro Flamboyant com entendimento que um prédio de quinze andares é razoável,
224 lembrando inclusive que antigamente seria possível a verticalização muito superior. Relatou as
225 complexidades referentes ao plano diretor e às elaborações de lei de zoneamento que o
226 urbanismo é dinâmico e devem acompanhar esta realidade. Presidente Lincoln solicitou para
227 que fosse acrescentada a preocupação com a drenagem e inundação na região do Cambuí, da
228 Emenda 96. A discussão acerca da emenda 105 deve ser revisada pela municipalidade por
229 tratar-se de um precedente preocupante em relação à proteção da várzea. Ainda, emenda 104,
230 da Chácara Canindu demonstrou procuração para que os terrenos de três mil metros não
231 sejam particionados em pequenos terrenos, demonstrando assim a necessidade de
232 fiscalização. No tocante à área do Cerrado, da emenda 82, salientou a necessidade de
233 proteção, pois se tratam de áreas frágeis, últimos fragmentos de cerrado. Enfim, em relação à
234 emenda 102 do Vista Verde, área próxima à REVAP, entende que a verticalização e
235 adensamento seriam inviáveis por uma questão de saúde pública e segurança. Desta forma,
236 solicitou que as questões sejam encaminhadas à prefeitura. Cedeu a palavra ao Conselheiro
237 Wilson Cabral (ITA) que demonstrou preocupação com as justificativas da municipalidade e o
238 modo como será encaminhada a manifestação. Gostaria que houvesse audiência devolutiva.
239 Criticou a questão envolvendo a área de várzea, entende que os laudos deveriam ser
240 disponibilizados e a municipalidade deveria realizar novo estudo. Manara (SEURBS)
241 esclareceu que em momento algum está sendo priorizado empreendimento privado, quando se
242 refere a priorizar investimentos, seriam estes públicos e não privados, assim sendo procura-se
243 o melhor para a cidade. Ainda, não há acolhimento de laudos ou informações de loteadores e
244 empresários como suficiência de dados, isto inexistente. Há tão somente o cuidado dentro do rigor
245 jurídico do destravamento do processo de análise de um empreendimento. Questionou ao
246 Presidente como será realizada a manifestação do COMAM. Presidente Lincoln verificou a
247 presença do quórum mínimo e aprovação da maioria dos presentes para que seja
248 encaminhado à Prefeitura de São José dos Campos as manifestações do COMAM. Nada mais
249 a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos presentes, encerrou a reunião e eu, Teles
250 Eduardo Pivetta lavrei a presente ata.



Lincoln Delgado
Presidente



Teles Eduardo Pivetta
Secretário Executivo